

UM CAPÍTULO DA HISTORIOGRAFIA COLONIAL:
FREI VICENTE DO SALVADOR E A PRIMEIRA HISTÓRIA DO
BRASIL

FRIAR VICENTE DO SALVADOR AND THE EARLY HISTORY OF
BRAZIL, A CHAPTER IN COLONIAL HISTORIOGRAPHY

Fernando Amed

Doutorando em História Social USP

e-mail: joseah@terra.com.br

Resumo: A historiografia brasileira vem valorizando muito lentamente as reflexões elaboradas pelos primeiros padres, jesuítas e franciscanos, que aqui chegavam nos séculos XVI e XVII. No passado, contudo, particularmente na segunda metade do século XIX, o Brasil conheceu historiadores – Francisco Adolfo de Varnhagen e João Capistrano de Abreu – que perceberam a importância desses estudos. Nesse artigo, pretendemos apresentar alguns aspectos que distinguem a produção desses primeiros historiadores. Também é nossa proposta sinalizar a incapacidade das abordagens materialistas de penetrarem os mais sofisticados traços do cristianismo, especialmente no que se refere ao conceito de liberdade.

Palavras-chave: Historiografia, Índigenas brasileiros, Cristianismo, História, Frei Vicente do Salvador.

Abstract: Brazilian historiography has been attributing more and more importance to the thoughts and reflections of the first clerics, particularly the Jesuits and Franciscans who arrived in the course of the 16th and 17th centuries. In the past, however, particularly during the second half of the 19th century, we had a couple of historians - Francisco Adolfo de Varnhagen and João Capistrano de Abreu - who realized the sheer importance and insight of these early texts. In this paper we aspire to expose some distinctive aspects of these first Brazilian historians. We also intend to show how a purely materialistic vision of history seems to be unable to grasp the most elaborate features of these first essentially Christian approaches, principally embodied in the concept of liberty.

Keywords: Historiography, Brazilian natives, Christianity, History, Friar Vicente do Salvador.

A ação dos padres nos primeiros tempos do Brasil

Não se trata de exagero exaltar as qualidades positivas da ação da Igreja Católica no Brasil, naqueles primeiros anos, quando éramos colônia portuguesa. E talvez o exercício de análise mais profícuo seja o de refletir sobre a catequese no momento histórico em que ela ocorreu. Longe estamos de creditar aos jesuítas ou franciscanos a responsabilidade de terem facilitado o domínio por parte dos conquistadores de além-mar. Tal juízo pode ter algum sentido – talvez com uma dose de cinismo – num universo bastante segmentado e modestamente idealizado que se vale da crença de que uma sociedade fincada em bases primitivas, expressamente com relação aos seus mecanismos de defesa, continue a existir no confronto com outra cuja parafernália técnico-militar seja mais desenvolvida. É uma quimera acreditar que o que quer que possa ser definido como cultura indígena – termo vago – pudesse sobreviver frente ao contato com os europeus, que contavam com meios mais sofisticados para a expressão de sua agressividade. Quantas eram as experiências bélicas dos portugueses que vieram estancar na virada para o século XVI?

É somente a partir de uma orientação distinta que a ação dos padres católicos ganha relevo, complexidade e pode vir a ser reabilitada. Ao tomarem os indígenas como seres humanos passíveis do reconhecimento de que também eram tributários da Queda, estes homens pensavam nos nativos como iguais, e aí nos deparamos com uma das dimensões da humildade desses primeiros interlocutores. Não nos esqueçamos que a percepção de um erro primordial não se atava tão somente aos gentis, mas à humanidade. Percebamos, igualmente, que não se tratava exatamente de uma percepção por parte de uma cultura que se pensava superior. Sobretudo, a postura cristã se diferenciava da abordagem secular que tendia a ver as manifestações indígenas como inferiores, na medida em que somente se serviam de suas características materiais. Salientamos que *Agnes*, São Paulo, (4), 57-82, 1.sem., 2006

o debate cristão se dava sob o ponto de vista anímico.

Ao operar a conversão, nos moldes concretos da construção das missões e colégios, os padres estabeleceram os fundamentos da própria defesa dos índios frente ao assédio materialista que então se introduzia na colônia. Ensinando-lhes o português, os padres possibilitavam a maioria aos nativos. Conhecendo o evangelho, os silvícolas obtiveram o melhor meio de defesa frente à imanência. Essas tensões refletiam o que ocorria no Velho Mundo. Nesse sentido, a prática da catequese guardava certa correspondência para com a reação da Igreja às frágeis – mas incomparavelmente sedutoras – tentativas de reabilitação do homem por meio de suas próprias habilidades. Ou seja, os padres estabeleceram uma pragmática na direção de evidenciar as impossibilidades de se vir a transcender na matéria. Tomando o homem a partir de um conhecimento bastante profundo dos elementos que compõem a sua condição, a Igreja continuava a operar na direção dos grandes mitos ancestrais. Gilgamesh, Prometeu e Gênesis, por exemplo, apresentaram situações onde o homem se percebia como refém incondicional da morte e impossibilitado de se valer de seu conhecimento para vencê-la. Ao apresentar meios para que os índios se aproximassem desse repertório, os padres abriam os horizontes para uma reflexão muito mais profunda. Tomar essas ações como orientadas para o estabelecimento de uma espécie de domínio ou controle torna-se, então, um juízo bastante empobrecedor, mesmo que coerente com uma orientação que acolhe unicamente o binômio do custo e benefício.

Sabemos que a prática católica no Brasil colonial vem normalmente sendo crivada de questionamentos, o que, no sentido da busca pelo conhecimento, sempre se faz bem-vindo. Observamos, no entanto, que algumas dessas considerações são anacrônicas, ou por desejarem se deparar com o ensino religioso mais apegado à crítica materialista, ou por entender que as intervenções religiosas tenham terminado por solapar a cultura indígena,

contribuindo então para um domínio mais facilitado. Num caso e no outro, há dificuldades de se acreditar que as ações de catequese pudessem ser movidas pela fé. Nada de novo, quando pensamos nas dificuldades atroz da crítica materialista de vir a aceitar o homem como imperiosamente voltado para a transcendência. Curioso é observar que, se no caso das atitudes da Igreja, a explicação no nível do mais rude materialismo vem sendo aceita, o mesmo não costuma ser colocado com relação à utopia que é crer nos atributos da natureza humana como meio de se construir algo de belo e perfeito. Quem é mais idealista?

Tais orientações se apegaram ao exame desses instantes de nossa história. Parecem se pautar em premissas vagas, especulações por conta do desmerecimento da ação da catequese. Igualmente ignoram a profundidade do estímulo à transcendência amparado pelos padres que aqui desembarcaram. Em última instância, ao materializarem a atuação jesuítica, essas abordagens demonstram dificuldades incomuns em adentrar o território da fé. Isso até se compreende, uma vez que a maioria dessas visões é tão só e unicamente lastreada na aposta renascentista da crença do homem vir a realizar sua própria libertação. Enfim, o que resta a essas análises é lastimar, mais exatamente, a existência de uma série de elementos constituintes da ação da Igreja Católica em nosso país. Ao operarem dessa forma, muito se perdeu, inclusive a perspectiva de vir a se deparar com a riqueza oferecida nesse momento de nossa história.

Assim, podemos refletir que as missões contribuíram mais exatamente para a libertação do indígena de suas práticas primitivas. Nesse sentido, ao ensinar-lhes a língua portuguesa e ao operar na concepção dialógica platônica, os padres visavam a uma concepção filosófica calcada na equiparação entre virtude e conhecimento. Dessa forma, o resultado esperado era que o indígena desenvolvesse critérios para o mais correto julgamento moral. Isso, estabelecido numa grade absoluta, pode ser compreendido como a aspiração

pela formatação de caracteres e, em última instância, como um aparato de defesa frente ao que estaria por vir. Há dúvidas quanto ao fato de que era melhor, inclusive do ponto de vista sensível, estar abrigado nas missões, muito distante do trabalho escravo nos canaviais?

Talvez não seja necessário lembrar que o relativismo moral vinha sendo apresentado, em relação à história do pensamento, por filósofos que investiam na capacidade humana de tudo realizar, numa palavra, na perspectiva da redenção por intermédio da utilização adequada dos atributos constitutivos do próprio homem. Ao nível da prática, os herdeiros operatórios dessa concepção mais nobre – filiada que era à metafísica – eram os negócios liberais, o objetivo dos comerciantes, a aspiração pela riqueza por parte das casas reais.

Embasados no materialismo não refletido ou auto-referente, mas produto, sem dúvida, das posturas guiadas pelo custo-benefício, os agentes comerciais precisavam conceber os índios como instrumentos – os romanos definiam, noutro contexto, seus escravos como “instrumentos falantes”. Ou seja, o relativismo, a perspectiva de se tomar o homem a partir de outros pontos de vista, necessariamente compunha o itinerário das ações das pessoas que atuavam na colônia com vistas ao aumento do erário.

Em parte alguma poderemos nos deparar com alguma proposta de liberação ou de autonomia para com os primeiros habitantes do Brasil. A partir de uma orientação antropológica, talvez os índios pudessem inclusive manter suas crenças, contanto que isso não fizesse mal aos negócios. Não é necessário apontar que, do ponto de vista real ou comercial, eles somente fossem tomados por suas habilidades no plano do materialismo. Ora, a ação dos padres – jesuítas e franciscanos – deve ser vista no interior de outros registros. Partiam de uma chave que pressupunha que somente há liberdade em

Deus. Em segundo lugar, ao operarem a catequese, os padres superestimavam o indígena tomando-o como um ser capaz da aceitação dos mistérios da fé. Acatando a conversão, os índios abandonariam a dispersão que caracterizava suas atitudes de busca pela transcendência.

É incorreto julgar que o pensamento teológico aprofundou-se mais naquelas orientações religiosas que viram seus dogmas serem mais arduamente testados pelas propostas materialistas e sensualistas? Dimensionemos a profundidade da escatologia religiosa a partir das reflexões propostas por Martinho Lutero, por exemplo, ele próprio oriundo dessa instituição e, para alguns, não o primeiro reformista, mas um último católico radical. Pensemos nas reorientações promovidas pela Igreja em meio ao contexto proposto pela autopromovida vaga do Renascimento. Nessa tensão, erramos ao supor que a Igreja tenha agido com honestidade intelectual, acatando as novas propostas de reorientação, balizando-as na fé de que pudesse vir a continuar a sua prática? Não é correto crer que os teólogos somente tenham desdenhado todas essas novas orientações do tempo secular. Lembremos inclusive que a ação dessas hostes se dá exatamente no contato expresso com a contemporaneidade. O cristianismo se caracteriza pela compreensão pragmática na medida em que é uma religião que aspira a conversão.

E isso, mais uma vez, foi igualmente percebido pelos padres. E o preparo e a coragem que demonstravam nos sinalizam apenas que conheciam o assédio das propostas materialistas há muito mais tempo – se Adão e Eva obtivessem sucesso por conta de suas habilidades eles se libertariam de seu Erro primordial? Como resultado do aprofundamento das reflexões medievais, esses homens sabiam que as propostas de redenção pela matéria somente vinham atualizadas pelos novos e variados produtos, potencializados na perspectiva da sedução humana. Pensemos nos novos sabores propiciados pelas especiarias, em matizes nunca antes imaginados das cores e na própria

perspectiva de se poder figurar o real imanente como nunca antes foi realizado. Cercado pela rica oferta dos novos estímulos, era difícil supor que o homem não se tornasse uma presa fácil. A Igreja, em contrapartida, conhecia os riscos iminentes de uma nova espécie de “fé” propiciada pela matéria. Nesse sentido, caminho simples, mas incauto, é tomar a Idade Média como época de trevas. Tal juízo somente pode ser visto como corolário das intenções políticas de uma nova orientação que se pretende impor sobre outra. A filosofia medieval, desde sempre, confrontou-se com os riscos do homem vir a ceder ao materialismo. A doutrina dos sete pecados capitais, amadurecida ao longo do período medieval, não aborda exatamente essa tensão?

Ao desenvolver a crença, ao promover a fé na ressurreição de Cristo, os jesuítas terminaram por aproximar os índios da liberdade. Ao tomá-los como instrumentos, ao pensá-los tão somente por conta de suas habilidades, o braço secular de nossa colonização pensou o índio como escravo. Dito de outro modo, atado à crença em seus potenciais humanos, puramente humanos, ao índio, no andamento da história, quando muito, somente se poderia aguardar que um outro tipo de orientação idealista da matéria viesse insanamente propor sua libertação, mesmo que ainda no interior do debate tresloucado do materialismo dialético. Esse campo especulativo, por acreditar estabelecer um marco crítico na redenção do homem por ele mesmo, não teve condições de abordar a ação dos primeiros padres que aqui chegaram, a não ser dentro dos registros redutores limitados pela concepção da luta de classes. Aqui não tomamos as contribuições operatórias de se pensar o homem como equivalente à matéria, um elemento que, de certa forma, ainda abriga a perspectiva da crítica. Visamos tão somente a perspectiva da criação de uma proposta de reorientação do tratamento sensualista com vistas a continuar a se ter esperanças na redenção do homem por ele mesmo. Ou seja, pensamos na proposta de realização de um programa que venha a realizar tal libertação.

Com isso perdeu-se a riqueza de interpretação, da análise e do exame desses primeiros instantes de nossa história. Nesse sentido, não deixa de ser estimulante o exercício do contato com correntes e visões historiográficas de outros períodos, notadamente aqueles mais destituídos da crença na virada de posição hegeliano-marxista. Num momento expresso que antecedeu a essa investida, deparamo-nos com a busca do detalhe, do mais pleno conhecimento dos eventos que cercaram nossa colonização.

Sobre preconceitos no estudo da história

A narrativa histórica, como bem certo é de se supor, vem como um traço que nos une ao passado mais remoto. Na pré-história, maior parte da experiência humana acumulada, não é especulação acreditar que os relatos orais atados à experiência pretérita viessem a ocorrer. De posse do domínio da escrita, cujo nascimento deve se aproximar da motivação, ao nível da habilidade, para com os números dos erários imperiais, sem esquecer a aspiração por demarcar os ansiados e misteriosos desígnios da transcendência, a escrita da história proliferou. Heródoto e Tucídides são indícios bem seguros dessa orientação que, ao longo do tempo, somente veio em crescimento. Em essência, e servindo-se do bom senso como critério para a ponderação de alguns juízos, não é errado acreditar que a sistematização de dados históricos viesse a suprir a necessidade, talvez estratégica, de se ter acesso a um bom número de informações relativas aos povos que se imbricavam no caminho uns dos outros. Assim, para os gregos, percebeu-se como necessário aproximar-se de informações da história dos persas ou dos egípcios. Para os romanos, seguramente era tratado com significativa importância aproximar-se do conhecimento sistematizado da história cartaginesa. Enfim, não temos muitas dúvidas em crer que as informações obtidas pela história devessem se somar àquelas outras, relativas, por exemplo, à habilidade de um povo em manusear

uma arma desconhecida ou em apresentar uma nova opção de combate. As diferenças, no entanto, entre um tipo de informação e outro, já eram percebidas. A narrativa histórica cedo foi cercada de dúvidas mais exatamente por conta da imparcialidade ou não daquele que relatava os fatos, assim como com relação à qualidade das informações que eram dispostas. O bom senso, como pode bem ser percebido, já ventilava em épocas mais remotas.

De toda sorte, acompanhando com intimidade o desenvolvimento dessas primeiras civilizações, a história manteve-se como aliada de reis e sacerdotes que, por vários motivos e interesses distintos, se colocavam a estimulá-la ou a conhecê-la. Não estaremos longe da verdade se supusermos que esses primeiros escritos sobre a história fossem refletidos à luz das qualidades que viessem ou não a possuir. Ou seja, deveriam ser distinguidos aqueles escritos considerados pouco profundos, superficiais, que não contavam com um bom número de alusões, de outros mais elucidativos e que possibilitavam agregar mais informações. Em se tratando das poucas fases em que a humanidade logrou estabelecer pequenos territórios francamente abertos à ampliação do conhecimento, pode-se igualmente imaginar que as obras menores fossem sendo descartadas por aqueles poucos que se embrenhavam no aprofundamento mais próximo da ascese.

Grosso modo, essa investida destituída de pré-julgamentos frente ao conhecimento permaneceu em outros momentos da história. Ou seja, nos mosteiros medievais, nos círculos intelectuais renascentistas, nas cortes iluministas européias e nos salões que propiciavam a sociabilidade dos livres-pensadores que se reuniam na Europa e na América às vésperas da Revolução Francesa e da Independência norte-americana. Em todas essas situações, idéias eram apreciadas, refletidas e discutidas. A história evidentemente ocupava espaço de destaque. E, para todos esses exemplos, devemos ter bem claro que o movimento de discussão se fazia numa atmosfera oposta

ao obscurantismo. Assim, o que se disse há pouco devia se manter. Mesmo que levadas em consideração as hostes a que pertenciam um ou outro autor – informação, aliás, que deve ser adicionada ao exercício da exegese –, se a obra contasse com atributos, ela viria a obter destaque.

Enfim, não é esse o sentimento que se avizinha quando se toma o circuito intelectual que veio a propiciar a elaboração daquilo que consideramos as grandes reflexões sobre o homem? Não é assim que procedemos com relação a Platão, Cícero, Santo Agostinho, Maquiavel, Voltaire, Tocqueville, Jefferson, Darwin, Freud e alguns outros? Para cada um desses autores, é freqüente que tomemos a ambiência em que viveram como parte integrante e significativa daquilo que vieram a realizar. Para todos esses casos, inequivocadamente, houve oxigênio – eufemismo para bibliotecas, arquivos, laboratórios e mecenato – disponível para que realizassem os seus estudos. E se alguns desses estudiosos enfrentaram problemas quanto à divulgação de suas idéias, isso pode ser remetido, por que não, ao fato de testarem os próprios limites de suas épocas. A narrativa histórica pode bem ser disposta em cada um desses instantes e a abertura para o conhecimento deveria evitar que preconceitos impedissem a abordagem de um ou outro escrito. Nesse caso, vale para a história o mesmo que poderíamos auferir com relação às ciências exatas, sem que se fosse contraditório com as leis universais, tudo poderia ser acolhido em benefício da elaboração de uma hipótese.

Preconceitos, para além do senso comum, são notoriamente inimigos da reflexão. Os exemplos são muitos. Toda era de obscurantismo foi prejudicial à abertura que exige a reflexão no campo das chamadas humanidades. E isso é perceptível por conta de impedimentos vários. Bibliotecas incendiadas, queima de livros, perseguições políticas, expurgos, censuras severas, exílio e banimento. O conhecimento, evidentemente, se ressentiu de tudo isso. Mas notamos a ocorrência

de obstáculos que se colocam sem que haja um marco decisivo que estabeleça com clareza um período de trevas. E, nesse caso, pensamos no que acontece mais contemporaneamente, especialmente no circuito de reflexão da história.

Chamamos a atenção para as abordagens que pretendem dispor as entradas relativas à história do pensamento como se fossem dados da ordem dos produtos afinados com a habilidade tecnológica. Assim, como não parece haver dúvidas de que houve uma evolução evidente entre o ábaco e o computador, o mesmo se conclui sobre as reflexões mais afinadas com as humanidades. Para a história, os prejuízos no plano do conhecimento podem ser apenas imaginados e especulados. Tomemos, por exemplo, a produção de escritos de história realizados por padres que acolheram o nosso país enquanto éramos colônia de Portugal. Frei Vicente do Salvador, Fernão Cardim, Frei Gaspar Madre de Deus, André João Antonil, Frei Manuel Calado, Frei Claude D'Abbeville, dentre outros, vieram a realizar estudos dedicados sobre os primeiros anos de nossa colonização, sobre as lutas com os franceses e holandeses, sobre as formas e maneiras com que se dava a exploração da cana-de-açúcar ou das minas, etc.

O obscurantismo que mencionamos acima diz respeito ao apressado diagnóstico que já foi produzido sobre esses autores. A sensibilidade que suas impressões revelam foi negada em virtude de um suposto compromisso com as ordens eclesiásticas às quais pertenciam, ou com uma vaga ligação com os poderes temporais constituídos nas diversas cortes de Portugal. Num sentido, essas alusões vieram a privar um contato mais complexo com inúmeras e preciosas informações e, invariavelmente, propiciaram a chegada a diagnósticos precários tão só e unicamente amparados por uma tênue crença na lógica sociológica. Se, em princípio, ao abandonar esses escritos, esses pesquisadores tiveram mais tempo para a elaboração da defesa de seus

estudos, com certeza perderam a oportunidade de recapitular os instantes a que nos referimos anteriormente, ou seja, períodos em que um novo texto era ansiado e sua abordagem se fazia de modo compenetrado.

Frei Vicente do Salvador

Em épocas passadas, imperava a necessidade do contato entre intelectuais através da correspondência. Nada de novo, se quisermos tomar a atualidade como guia daquilo que aconteceu nos tempos mais remotos. Mas, se operarmos num caminho inverso àquele que toma como premissa para as abordagens históricas o que temos na contemporaneidade, percebemos que apenas estamos abordando os meios através dos quais se buscava elaborar uma pesquisa. Essas considerações ganham mais nitidez quando pensamos objetivamente nos trabalhos dos historiadores. Ou seja, uma vez que a prospecção histórica deve se valer incondicionalmente da chegada às fontes – documentos oficiais ou não, cartas, diários, anotações manuais em livros, etc. –, não se trata de surpresa que o contato entre historiadores, principalmente se estiverem atuando numa mesma área e se encontrarem separados por longas distâncias, se faça por algum meio facultado pelo período em que vivem.

Na discussão enfeixada pela historiografia brasileira – área bem definida das pesquisas em história e que pode ser tomada, de forma objetiva, como o estudo que se faz sobre a produção de historiadores –, é comum que se tome o século XIX como aquele que primeiramente viu surgir estímulos concretos para a edificação do trabalho dos historiadores. De fato, uma série de fatores planejados indica a pertinência dessa afirmação. No largo espectro cronológico que cobre a vinda da família real ao Brasil, em 1808, até o final do segundo império, em 1889, percebeu-se a introdução de meios – precários, é necessário que se diga, mas talvez passíveis de serem equiparados aos atuais –

que terminaram por minimamente configurar a prática de pesquisa de história. Para tanto, pensamos na vinda da missão francesa nas proximidades da instalação da corte de Dona Maria I no Rio de Janeiro, na concepção de nação que muito vagamente vai sendo ventilada – mesmo que determinada pela temática política que vem a acolher a independência do Brasil em 1822 –, na criação de uma biblioteca e de arquivos em solo brasileiro e, particularmente significativo para o nosso interesse nessa reflexão, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1838.

Mesmo que tomemos cada um desses exemplos como relativos e apenas indicadores de uma ambiência, é plausível que acreditemos que o período em questão trouxe contribuições marcantes para o rumo das pesquisas históricas brasileiras, sendo que, no mínimo, ele possibilitou uma melhor definição do próprio trabalho dos historiadores. Dois nomes vieram a se destacar nesse contexto: o do sorocabano Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e o do cearense, radicado no Rio de Janeiro, João Capistrano de Abreu (1853-1927). Valendo-se de cargos diplomáticos, motivado pelo estímulo às pesquisas históricas e, talvez mais importante que tudo isso, amparado pelo imperador D. Pedro II, Varnhagen estabeleceu as bases documentais da pesquisa histórica brasileira. Vagando por uma série de nações e, especialmente, detendo-se nos arquivos públicos e privados, bem como nas bibliotecas portuguesas, Francisco Adolfo se deparou com fontes que se remetiam ao passado do nosso país e que vieram a se agregar às pesquisas que futuramente seriam realizadas. Nesse sentido, o fruto mais acabado dessas colheitas pode ser encontrado na sua obra mais conhecida e mencionada, *História do Brasil*, inicialmente publicada em 1854. Mas se Varnhagen pode ser tomado como aquele que primeiro e objetivamente estabeleceu esses dados documentais de uma forma mais ou menos precisa, não coube a ele o exercício da interpretação e da análise. E foi essa iniciativa que melhor pode definir as ações de Capistrano de Abreu.

Inicialmente demonstrando dotes para o exercício da reflexão em literatura – ele próprio, às vezes considerado um promissor literato –, Capistrano de Abreu cedo se desligou das relativas certezas oferecidas pela vaga do positivismo que por aqui ventilou em meados do século XIX. Chegando ao Rio de Janeiro em 1875, remeteu-se aos estudos históricos, sendo que sua primeira aparição nesse campo deu-se exatamente nos moldes do que acima aferimos sobre a historiografia. Em 1878, como vimos, ano de falecimento de Varnhagen, foi Capistrano que escreveu e fez publicar o necrológio do sorocabano. Ao passar em revista a produção de Varnhagen, Capistrano deu sinais explícitos de que a percebia com distanciamento. Apontava então os benefícios, especialmente aqueles remetidos ao esforço de estabelecimento de fontes primitivas, mas criticava a ausência de matizes mais ao nível da interpretação. Fossem ou não fruto de uma investida intencional, as oportunidades, que foram se configurando para a atuação profissional de Capistrano, conduziram-no de maneira bem definida para o exercício da pesquisa em história, o que naquele período talvez fosse somente um pouco mais subjetivo do que ainda é hoje, especialmente quando são rompidas as tênues fronteiras acadêmicas. Assim, percebe-se que Capistrano tomou o que foi oferecido por Varnhagen sem se esquivar do correto estabelecimento dos documentos, bem como do entrecruzamento com outros materiais, se acaso seu itinerário de pesquisa assim o conduzisse. Para a realização dessa tarefa perseguida de forma intensa, Capistrano, diferentemente de Varnhagen, não saiu uma vez sequer do Brasil. Todo o seu trabalho se valia da correspondência, especialmente quando se tratava de se deparar com alguma fonte mais distante. Em 1885, assim se remeteu Capistrano de Abreu para o amigo Lino de Assunção, português com passagem pelo Brasil, e que então se encontrava em Lisboa, trabalhando em conjunto com o cearense: “A história do Brasil é um mundo, e o que existe nos arquivos portugueses é pelo menos um continente. Seria preciso passar muitos anos aí, sem ter outra coisa a fazer, para dar cabo da tarefa” (ABREU, 1977, p. 306).

A precisão de Capistrano de Abreu pode ser apreciada pelo conhecimento que possuía sobre toda uma gama de textos que versavam sobre a história do Brasil. E essa prática era minimamente possibilitada pelo acesso às obras que aqui se encontravam, assim como nas páginas da revista que o Instituto Histórico fazia publicar. No mais, solicitava e ia recebendo obras já esgotadas, que eram copiadas dos arquivos ou bibliotecas de vários países europeus. Finalmente, quando coligia esses dados, e novas dúvidas surgiam, Capistrano retomava a correspondência como meio de se aproximar de uma mais profícua interpretação. As incertezas que assolavam, com frequência, Capistrano de Abreu – subjetivas e que podem ser remetidas ao seu gênio, aliás, difícil – podem ser contempladas por um juízo, costumeiramente citado quando se aborda a vida e obra desse historiador, o que foi remetido em carta ao amigo João Lúcio de Azevedo, em 17 de maio de 1920: “A História do Brasil dá a idéia de uma casa edificada na areia. É uma pessoa encostar-se numa parede, por mais reforçada que pareça, e lá vem abaixo toda a grampiola” (ABREU, 1954a, p. 161).

Mas que não se tome essa consideração como sinal de passividade de Capistrano frente às dificuldades de se edificar a história do Brasil. O trabalho mais significativo de sua obra foi exatamente o de procurar estabelecer os alicerces dessa fundação. É por conta disso que Abreu vem sendo tomado como exímio conhecedor dos assuntos referentes à história do Brasil, com especial destaque para os séculos XVI e XVII, ou seja, os capítulos¹ iniciais de nosso passado após a chegada dos portugueses. Foi mais exatamente essa orientação genealógica, num sentido, que fez com que Capistrano de Abreu se deparasse com fontes capitais para a reflexão e interpretação da história do Brasil colonial.

Não por acaso, então, Capistrano de Abreu foi o historiador que

¹ *Capítulos da História Colonial* é exatamente o título da mais conhecida obra de Capistrano de Abreu, publicada primeiramente em 1907.

melhor percebeu a importância dos escritos operados pelos padres – jesuítas e franciscanos – que logo aportaram em nosso país nos instantes iniciais de nossa colonização. Desses cronistas e historiadores, a sensibilidade de Capistrano pendeu para a produção de Frei Vicente do Salvador, brasileiro que, em 1627, concebeu o primeiro trabalho que recebeu o título de *História do Brasil*. Eis Frei Vicente:

O dia que o capitão-mor Pedro Álvares Cabral levantou a cruz era a 3 de maio, quando se celebra a invenção da santa cruz em que Cristo Nosso Redentor morreu por nós, e por esta causa pôs o nome à terra que havia descoberto de Santa Cruz e por esse nome foi conhecida muitos anos. Porém, como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder também o muito que tinha os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem panos, que o daquele divino pau, que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da Igreja. E sobre que ela foi edificada e ficou tão firme e bem fundada como sabemos. (SALVADOR, 1954, p. 54)

Vicente Rodrigues Palha, Frei Vicente do Salvador, o autor do trecho acima apresentado, nasceu na Bahia provavelmente no ano de 1564. Era filho do alentejano João Rodrigues Palha que chegou ao Brasil no ano da fundação de São Paulo de Piratininga, isto é, em 1554. Restam dúvidas sobre o percurso dos estudos de Frei Vicente. É provável que tenha estudado, ainda em Salvador, por intermédio dos padres da Companhia de Jesus. Parece ter concluído estudos teológicos em Coimbra. Sabe-se que tomou o hábito de São Francisco em 27 de janeiro de 1599 e que a partir de então iniciou seu caminho missionário. Esteve seguramente em Pernambuco e no Rio de Janeiro, e em ambas as localidades trabalhou na organização eclesiástica, especialmente na direção da construção do convento de Santo Antônio, iniciada em 1608.

No ano seguinte, partiu para Olinda para lecionar. Retornou à Bahia, onde foi eleito guardião do convento e depois custódio, no ano de 1614. Segundo Capistrano de Abreu, a principal fonte nos estudos da obra de Frei Vicente,

deu-se nova forma à custódia do Brasil, autorizada a fazer capítulos regulares, em que fossem também eleitos os definidores. Afirma Jaboaão que para efeito cabal do assim determinado o novo custódio partiu da Bahia para Olinda, onde reuniu o capítulo a 15 de outubro. Se a data estiver certa, repetiu a viagem no ano seguinte, como ele próprio narra em companhia do governador-geral Gaspar de Lemos. (ABREU, 1954b, p. 24)

Em 1618, encontramos Frei Vicente em Portugal, onde talvez tivesse ido em busca da edição de uma obra hoje perdida. Tratava-se da *Crônica da Custódia do Brasil*, texto mencionado por poucos autores e, ainda assim, de modo controverso. Varnhagen, por exemplo, segundo Capistrano, teria ocorrido em equívoco ao entender que a *Crônica* aparecia na primeira parte da *História do Brasil* que Salvador realizou. Mas, o que é sabido é que, estando em Portugal, mais especificamente no Alentejo, pôde ali Frei Vicente se dedicar à escrita de sua história. Se trazia do Brasil o conhecimento sobre particularidades dos costumes indígenas, é fato que faltavam-lhe dados mais aproximados concernentes à política, ou seja, todos os trâmites que envolviam a troca de governadores gerais, os nomes dos ocupantes de cargos executivos, as tendências, enfim, de um ou outro quanto às maneiras de se dar a colonização de nosso país. É suposto que Frei Vicente tenha estabelecido contato com essa gama de informações na biblioteca particular de um irmão de um padre franciscano, Frei Cristóvão de Lisboa.

Falamos de Manuel Severim de Faria e só o podemos fazer por conta dessa citação de Capistrano de Abreu:

Severim de Faria era um homem erudito, amante de livros, de manuscritos, de epigrafia, de genealogia, de heráldica, de numismática e até de curiosidades etnográficas, pois Frei Cristóvão de Lisboa enviou-lhe algumas do Maranhão e Pará. Na sua livraria famosa, infelizmente incendiada com a do conde de Vimieiro no terremoto de Lisboa, eram muitos os livros históricos. (ABREU, 1954b, p. 24)

Um novo retorno ao Brasil, talvez em 1821, deve ter concorrido para que sua produção literária se estremecesse. O fato é que em 1627 veio a concluí-la, consagrando-a a Manuel Severim de Faria. Frei Vicente faleceu em data incerta, situada entre os anos de 1636 e 1639. Severim de Faria, que contava com posses para realizar a publicação da *História do Brasil*, não o fez e faleceu em 1655. As incertezas quanto ao fato de não ver sua obra editada foram bem descritas pelo mestre Capistrano, diga-se também um caso emérito de expectativa editorial frustrada – escreveu mais cartas que textos tornados públicos:

As duas monções de março e setembro levavam navios à Bahia. Quantas vezes esperava ver em letra de forma a obra de sua velhice? Desenganou-o logo Severim de Faria? Houve alguma força superior à sua vontade que a paralisasse? (ABREU, 1954b, p. 25)

Desde o momento de sua escritura até a edição, primeiramente em partes, nas páginas do Diário Oficial, em 1886, um longo caminho foi percorrido. As menções à obra, ao longo desse período, foram poucas. Barbosa Machado, na *Biblioteca Lusitana*, e Jaboatão, no *Novo Orbe Seráfico Brasileiro*, apresentaram poucas linhas que se remetiam a Frei Vicente e sua obra. Varnhagen, ainda jovem, folheou uma das cópias que veio posteriormente a se perder. João Francisco Lisboa, jornalista e historiador bissexto, em missão de pesquisa documental na Torre do Tombo, em Lisboa, descobriu um capítulo avulso que foi publicado em 1858 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Coube a Varnhagen novamente ter se deparado com a

obra em Lisboa, no ano de 1872, mas também esse exemplar se extraviou.

Foi somente em 1881 que o encontro com um número mais expressivo de páginas da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador foi possível. Nesse ano foi realizada na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, a *Exposição de História e Geografia do Brasil*. Tratou-se de uma ousada investida no sentido de apresentar um mapeamento completo de toda obra – não somente de história e geografia, como o nome da exposição limitava, mas também de botânica e zoologia – já publicada que fizesse alguma menção ao Brasil. O resultado mais expressivo dessa iniciativa resultou num catálogo de cerca de 1800 páginas, com aproximadamente 20 mil entradas de títulos. Durante o mês em que ficou aberta à visitação pública, a exposição acolheu cerca de 7600 pessoas. Pelos números pode-se intuir que o preparo dessa exposição, realizado no exíguo prazo de um ano, tenha mobilizado o rarefeito circuito de pesquisas na sede do Império Brasileiro. Bibliotecas particulares foram esmiuçadas, contatos foram estabelecidos, arquivos foram revirados. João Martins Ribeiro, alfarrabista, pretendeu dar a sua contribuição e doou à Biblioteca uma série de papéis, muitos dos quais sem a devida autoria. Nessa doação, encontrava-se um exemplar de certa *História do Brasil*. Capistrano assim narrava a descoberta:

O mais ligeiro exame do códice revelava o seu passado: a encadernação de couro à portuguesa, o aspecto do papel, a letra do copista, denunciavam-no como um dos primeiros volumes copiados dos arquivos e bibliotecas lusitanas na era de 50 por comissão do governo imperial, confiada primeiro a Gonçalves Dias e por fim a João Francisco Lisboa. (ABREU, 1954b, p.20)

Em 1886, coube a Capistrano organizar a publicação da obra em partes, como já nos referimos, nas páginas do Diário Oficial. A empreitada contou com inúmeros desafios, e o maior deles dizia respeito à impossibilidade do historiador cearense, sem dúvida o maior conhecedor de Frei Vicente, tomar contato com aquela versão que se encontrava na Biblioteca Nacional. Saldanha

da Gama, então diretor da instituição, indis pôs-se com Capistrano e impediu o seu acesso à biblioteca. Os contatos do cearense com Lino de Assunção, em Lisboa, propiciaram a chegada a uma outra cópia. E, finalmente, o volume mais completo, recheado de anotações que inclusive indicavam as supostas fontes de Frei Vicente, os chamados prolegômenos, somente vieram ao público no ano de 1889, através da Tipografia Leuzinger & Filhos, do Rio de Janeiro.

Do ponto de vista de sua estrutura, a obra é composta por cinco livros. Do livro quarto faltam quatro capítulos, do vigésimo sexto ao vigésimo nono. E do livro quinto, faltam oito capítulos, do décimo ao décimo sétimo. Frei Vicente menciona algumas estampas ao longo de seu texto que não foram também encontradas. O estudo iniciou-se com a descoberta do Brasil e os principais aspectos desse primeiro livro dizem respeito à geografia, ao clima, à fauna e flora, bem como aos costumes indígenas. O segundo livro recupera o conhecido sobre as capitânicas hereditárias. O livro terceiro recuperou o governo de Tomé de Souza, as lutas contra os franceses e a organização político-administrativa do governo geral. O livro quarto trata de aspectos concernentes à ocupação do norte e nordeste brasileiros. Finalmente, o livro quinto explora o contexto da ocupação holandesa de parte de nosso país.

Em se tratando de um autor e de uma obra cercados de muitos mistérios, as hipóteses de Capistrano de Abreu quanto às impossibilidades da edição ainda se fazem ressoar. A obra de Frei Vicente vem sendo saudada como tributária de uma visão nativista, acolhedora e simpática aos índios. Nesse sentido, quem sabe, pode ter provocado embaraços nas hostes políticas do século XVII, especialmente quando pensamos na priorização dos aspectos materialistas na colonização do Brasil, indício que inclusive aparece no trecho que citamos de Frei Vicente. Deixando de lado o aprofundamento da gênese do nome pelo qual a nossa nação seria conhecida – o próprio Capistrano já *Agnes*, São Paulo, (4), 57-82, 1.sem., 2006

havia notado que o nome de Brasil freqüentava o imaginário dos navegadores dos séculos XV e XVI como uma ilha mítica existente ao norte da Europa –, o fato é que Frei Vicente do Salvador terminou por expor um sinal da tensão havida entre duas orientações. Uma, afinada com as aspirações católicas, era a de operar espiritualmente com os habitantes dessas terras. Outra, remetida aos interesses mercantis, se encontrava atada à busca por tudo aquilo que viesse a se equiparar aos metais preciosos. É sabido que atribuições dessa monta podem atualmente – e não se visa aqui detratar o passado, como se hoje estivéssemos rumando para o melhor dos mundos – ser percebidas em profusão. Mas, imagine-se numa época que contava com um controle mais severo – leve-se em consideração a escassez das possibilidades de edição – dos meios de publicação e de divulgação.

Examinemos mais alguns indícios que dão sustento à tese de Capistrano de Abreu quanto às incertezas sobre a publicação da obra de Frei Vicente, bem como sua entrada conflitante com os mandantes temporais de nossa colonização:

Disto [Frei Vicente se dirige ao fato do Brasil ainda se encontrar despovoado, enfim, a mesma situação preservada desde 1500 até o momento em que escreveu] dão alguns a culpa aos reis de Portugal, outros aos povoadores: aos reis pelo pouco caso que hão feito deste tão grande estado, que nem o título quiseram dele, pois, intitulado-se senhores de Guiné, por uma caravelinha que lá vai e vem, como disse o rei do Congo, do Brasil não se quiseram intitular; nem depois da morte de el-rei D. João Terceiro, que o mandou povoar e soube estimá-lo, houve outro que dele curasse, senão para colher as suas rendas e direitos. E deste modo se hão os povoadores, os quais, por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal e, se as fazendas e bens que possuem souberam falar, também lhes houveram de ensinar a dizer como os papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é: papagaio real para Portugal, porque tudo querem para lá. E isto não tem só os que de lá vieram, mas ainda

os que cá nasceram, que uns e outros usam a terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída. (SALVADOR, 1954, p. 41)

Para além do fato dessas impressões e juízos terem provocado alguma espécie de constrangimento entre os poderes eclesiásticos e reais, é bastante claro que revelam diferentes orientações e pontos de vista. Distinções, aliás, que se agregam à primeira oposição que serviu de mote para que o padre viesse a explicar a escolha do nome de nosso país. Trata-se de indícios que podem ser remetidos a uma vaga atmosfera costumeiramente rememorada quando dispomos da narrativa histórica que, com desejo de precisão, acompanhou esses momentos, nomeando-os de transição da Idade Média para a Idade Moderna. Esse tipo de abordagem, muito próxima da lógica pretendida pelos chamados cientistas sociais, a nosso ver, pecou em transcrever os eventos históricos como se, numa pretendida ordem, permitissem se dar a uma leitura coesa e coerente. Historiadores mais acostumados com o tratamento empírico sabem que o passado não se oferece com essa aparência cristalina. E no final, como já se disse e pensou, parece que a história passada é filha dos eventos do presente, de tal forma se busca pelo estabelecimento das raízes daquilo que veio a florescer na atualidade.

Sensível ao que percebia nas relações sociais da colônia, com perspicácia Frei Vicente abordou aspectos outros e que também podem ter provocado alguma antipatia. Referiu-se à sociedade colonial nos seguintes moldes:

É assim que estando as casas dos ricos (ainda que seja à custa alheia, pois muitos devem quanto têm) providas de todo o necessário, porque têm escravos, pescadores e caçadores que lhes trazem a carne e o peixe, pipas de vinho e de azeite que compram por junto, nas vilas muitas vezes se não acha isto de venda. Pois o que é fontes, pontes, caminhos e outras coisas públicas é uma piedade, porque, atendo-se uns aos outros, nem um as faz, ainda que bebam água suja e se molhem

ao passar os rios ou se orvalhem pelos caminhos, e tudo isto vem de não tratarem do que há cá de ficar, senão do que hão de levar para o reino. E essas são as razões por que alguns dizem que não permanece o Brasil nem vai em crescimento. (SALVADOR, 1954, p. 43)

É somente a partir de um ajuste no foco que entendemos que essas alusões de Frei Vicente nos apresentam elementos incertos e que opunham diversos interesses. Nesses, aqueles que se materializaram na prática da Igreja Católica em nosso solo contavam com maior embasamento e se orientavam pela fé na evangelização. Da parte das práticas da casa real portuguesa, ao que parece, o objetivo argentário não era tão esclarecido. De fato, houve uma série de intenções no sentido de se promover as navegações e devemos nos lembrar que havia especial dedicação às riquezas propiciadas pela reabertura do comércio com as Índias. No entanto, os sinais que temos, que se remetem aos costumes ou, num sentido mais específico, à mentalidade de alguns desses homens práticos, levam-nos a supor que nem o próprio materialismo era tão nítido. Ou seja, práticas religiosas que podem ser remetidas à ordem transcendente conviviam com o tatear imanente. Visto de mais distância e entendendo o período como introdutor das primeiras concepções de redenção do homem por meio de seus próprios atributos, poderíamos notar que a experiência da colonização já apresentava alguns desses indícios. Mas longe estavam de serem unânimes. E Frei Vicente nos lembra disso.

Por sua vez, e caminhando rumo à definição dessa oposição, se os portugueses colonizadores arranhavam o litoral brasileiro e não investiam na direção do interior, isso na opinião de Frei Vicente, movidos pela fé na cristianização, padres, especialmente jesuítas, como se sabe, adentraram o território brasileiro. Dentre as tensões provocadas pelos interesses mercantis, retomemos que essas investidas competiam com aquelas outras lideradas pelos colonos de São Paulo e que, noutra ponta, buscavam se deparar com índios com o objetivo de escravizá-los. Se o destemor desses bandeirantes

pode ser amparado pela posse de algumas armas de fogo, de certas proteções contra o ataque de lanças e flechas, bem como pelo estímulo mais mundano que é o da sobrevivência numa área ainda mais abandonada que o nordeste do país, o mesmo não se pode dizer acerca das incursões eclesiásticas. Valiam-se da fé, empunhavam a Bíblia e eram estimulados pela mística da conversão. Essa orientação, diga-se, parece bastante tributária da ambiência medieval.

Como se reconhece, foram essas incursões e contatos que propiciaram os primeiros dicionários que procuravam apresentar o significado das palavras dos vocabulários indígenas. De maneira semelhante, como consequência do trabalho missionário, temos um repertório que se estabeleceu e que dizia respeito aos costumes dessas tribos. Enfim, o que atualmente denominamos folclore – e que muito dificilmente consegue granjear espaço no confronto com as ofertas da chamada cultura contemporânea de massa – possuía enorme pertinência como meio que foi para que jesuítas penetrassem a alma do indígena. Percebendo, pela experiência de contato, que os nativos se encantavam com ritmos e danças, as ações missionárias cuidaram para que a narrativa da história de Jesus fosse apresentada através de cantos. Enfim, se pragmática havia, ela estava a serviço e sob orientação da crença na evangelização.

Veja-se essa outra passagem de Frei Vicente:

Mas muito mais cresceu neles [os primeiros índios que receberam a expedição de Pedro Álvares Cabral] o respeito quando viram a oito frades da ordem do nosso padre São Francisco, que iam com Pedro Álvares Cabral, e por guardião o padre frei Henrique, que depois foi bispo de Cepta, o qual disse ali missa e pregou, onde os gentios ao levantar a hóstia e cálix se ajoelharam e batiem nos peitos como faziam os cristãos, deixando-se bem nisto ver como Cristo senhor nosso neste divino sacramento domina os gentios, que é o que a Igreja canta em invitatória de suas matinas, dizendo: *Christum regem dominantem gentibus, qui se manducantibus dat spiritus pinguedinem, venite, adoremus.* (SALVADOR, 1954, p. 37)

Na obra de Frei Vicente, por exemplo, são várias as impressões que acolheu, muito provavelmente, a partir de seu contato com os indígenas. De resto, outros cronistas e historiadores, como Fernão Cardim ou André João Antonil, ambos padres jesuítas, também se serviram das experiências obtidas no encontro com o índio.

O empenho de Capistrano de Abreu, na direção do mais correto estabelecimento da obra do frade baiano, sinaliza-nos a percepção da importância das informações ali oferecidas. As tensões e dificuldades envolvidas na edição desses relatos levam-nos ao entendimento de que, primeiramente, a interpretação de Frei Vicente possa ter se chocado com os interesses administrativos, materialistas, por parte do poder real. As dificuldades posteriores, já no final do século XIX, podem ser remetidas às dificuldades impostas aos intelectuais pela difícil sociabilidade numa ambiência onde o conhecimento era tratado como um produto abstrato, próximo da inutilidade. Finalmente, as restrições contemporâneas, que se refletem no tratamento conspiratório da obra de Frei Vicente, terminam por afastar um número maior de interlocutores. Observado como alguém que estava a serviço dos interesses religiosos, Frei Vicente somente nos aparece como atado ao difuso conceito de ideologia. Perde sua autonomia e somente pode ser reabilitado pela pretenciosa ambição do confronto entre consciência e alienação. Para o bem dos estudos de história, para aqueles que ainda se orientam na busca pelo conhecimento mais desprovido de pré-julgamentos, o que se tem a fazer é louvar a iniciativa de Capistrano de Abreu, ele próprio, diga-se, um caso controverso de amor e ódio na historiografia brasileira.

Referências:

ABREU, Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954a-1956. v. 1 e v. 2.

_____. Nota Preliminar. In SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. 4.ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1954b.

_____. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. v. 3.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

Recebido em fevereiro de 2006
Aprovado em março de 2006